

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Demonstrações Contábeis e Financeiras Em 31 de dezembro 2016

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis e Financeiras	3
Balanço Patrimonial	5
Demonstração do Déficit	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8
Demonstração do Valor Adicionado	9
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras	10



Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações contábeis e financeiras

À Presidente do Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia – COSEMS-BA Salvador - BA

Examinamos as demonstrações contábeis e financeiras do Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia ("COSEMS-BA"), que compreendem o balanço patrimonial em 31de dezembro de 2016 e a respectiva demonstração do superávit, das mutações do patrimônio social, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis e financeiras

A Administração do COSEMS-BA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis e financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis e financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis e financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis e financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis e financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis e financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis e financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis e financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis e financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do COSEMS-BA em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e dos seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2016, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis e financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis e financeiras correspondentes ao período findo em 31 de dezembro de 2015 foram anteriormente examinadas por nós, que emitimos relatório em 18 de janeiro de 2017, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis e financeiras.

Salvador, 31 de agosto de 2018

AUDATE Auditores Independentes.

CRC-006063/O-0-BA,

Paulo Sávio Lopes da Gama Alves

Contador-CRC-021923-BA

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro

(Em Reais, incluindo os centavos)

	2.016
ATIVO	
Circulante	
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 04)	390.170,46
Adiantamentos	15.167,94
Total do Circulante	405.338,40
Não Circulante	
Imobilizado (Nota 05)	27.695,59
Total do Não Circulante	27.695,59
TOTAL DO ATIVO	433.033,99
PASSIVO	
Circulante	
Fornecedores	4.771,96
Salários e Obrigações Sociais a Recolher (Nota 06)	32.232,49
Impostos a Recolher (Nota 07)	4.969,03
Recursos de Convênio em Execução (Nota 08)	
Provisões (Nota 09)	59,433,47
Total do Circulante	101.406,95
Não Circulante	
Contingência (Nota 10)	148.149,04
Patrimônio Social (Nota 11)	1.011.13,01
Fundo Institucional	1,00
Doações para Investimentos	43.490,00
Superávit Acumulado	139.987,00
Total do Patrimônio Social	183.478,00
Total do Não Circulante	331.627,04
TOTAL DO PASSIVO	433.033,99

Demonstração do Superávit

Em 31 de dezembro

(Em Reais, incluindo os centavos)

	2.016
Receitas	
Contribuições e Doações (Nota 13)	2.348.991,50
Receitas Brutas	2.348.991,50
Despesas	
Pessoal (Nota 14)	(492.864,01)
Serviços Prestados (Nota 15)	(671.396,88)
Viagens e Estadias (Nota 16)	(329.427,36)
Gerais e Administrativas (Nota 17)	(532.046,27)
Financeiras, Líquidas (Nota 18)	4.832,17
Depreciações (Nota 05)	(16.661,75)
Total das Despesas	(2.037.564,10)
Déficit do Período	311.427,40

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

Em 31 de dezembro de 2016

(Em Reais, incluindo os centavos)

			Valores em R\$
Fundo Institucional	Doação Para Investimentos	Déficit do Período	Patrimônio Social
1,00	43.490,00	(169.507,85)	(126.016,85)
-	-	(1.932,55)	(1.932,55)
		311.427,40	311.427,40
1,00	43.490,00	139.987,00	183.478,00
	Institucional 1,00	Institucional Investimentos 1,00 43.490,00	Institucional Investimentos Período 1,00 43.490,00 (169.507,85) - - (1.932,55) 311.427,40

Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 31 de dezembro

(Em Reais, incluindo os centavos)

Recursos de Convênio 219.750, Financeiros, Líquidos 13.754, Total dos Recebimentos 2.582.671, Deduções (77.033,3 Devolução de convênio (77.033,3 Total das Deduções (77.033,3 Desembolsos (810.345,6 Pessoal (810.345,6 Serviços Prestados (631.714,6 Gerais e Administrativas (812.759,8 Tributários (15.554,6 Investimentos (19.145,2 Adiantamentos, Líquidos (24.500,6 Total dos Desembolsos (2.313.678,6 Resultado Financeiro 191.960, Disponibilidade Inicial 198.210, Disponibilidade Final 390.170, Composição do Caixa e Equivalentes 22.823, Caixa 3.969, Bancos 22.823,		2.016
Recursos de Convênio 219.750, Financeiros, Líquidos 13.754, Total dos Recebimentos 2.582.671, Deduções (77.033,3 Devolução de convênio (77.033,3 Total das Deduções (77.033,3 Desembolsos (810.345,6 Pessoal (810.345,6 Serviços Prestados (631.714,6 Gerais e Administrativas (812.759,8 Tributários (15.554,6 Investimentos (19.145,2 Adiantamentos, Líquidos (24.500,6 Total dos Desembolsos (2.313.678,6 Resultado Financeiro 191.960,0 Disponibilidade Inicial 198.210,0 Disponibilidade Final 390.170,0 Composição do Caixa e Equivalentes Caixa 3.969,0 Bancos 22.823,0	Recebimentos	
Financeiros, Líquidos 13.754, Total dos Recebimentos 2.582.671, Deduções Devolução de convênio (77.033,38 Total das Deduções (77.033,38 Desembolsos Pessoal (810.345,0 Serviços Prestados (631.714,0 Gerais e Administrativas (812.759,8 Tributários (15.554,0 Investimentos (19.145,2 Adiantamentos, Líquidos (24.500,0 Total dos Desembolsos (2.313.678,0 Resultado Financeiro 191.960,0 Disponibilidade Inicial 198.210,0 Disponibilidade Final 390.170,0 Composição do Caixa e Equivalentes 22.823,0	Contribuições e Doações	2.349.166,50
Total dos Recebimentos 2.582.671 Deduções (77.033,3 Devolução de convênio (77.033,3 Total das Deduções (77.033,3 Desembolsos Pessoal Pessoal (810.345,6 Serviços Prestados (631.714,6 Gerais e Administrativas (812.759,8 Tributários (15.554,6 Investimentos (19.145,2 Adiantamentos, Líquidos (24.500,6 Total dos Desembolsos (2.313.678,6 Resultado Financeiro 191.960, Disponibilidade Inicial 198.210, Disponibilidade Final 390.170, Composição do Caixa e Equivalentes Caixa 3.969, Bancos 22.823,	Recursos de Convênio	219.750,00
Deduções 2502,071,033,35 Devolução de convênio (77.033,35 Total das Deduções (77.033,35 Desembolsos Pessoal Pessoal (810,345,6 Serviços Prestados (631,714,6 Gerais e Administrativas (812,759,8 Tributários (15,554,6 Investimentos (19,145,2 Adiantamentos, Líquidos (24,500,6 Total dos Desembolsos (2,313,678,6 Resultado Financeiro 191,960, Disponibilidade Inicial 198,210, Disponibilidade Final 390,170, Composição do Caixa e Equivalentes Caixa 3,969, Bancos 22,823,	Financeiros, Líquidos	13.754,98
Devolução de convênio (77.033,3 Total das Deduções (77.033,3 Desembolsos (810.345,6 Pessoal (810.345,6 Serviços Prestados (631.714,6 Gerais e Administrativas (812.759,8 Tributários (15.554,6 Investimentos (19.145,2 Adiantamentos, Líquidos (24.500,6 Total dos Desembolsos (2.313.678,6 Resultado Financeiro 191.960, Disponibilidade Inicial 198.210, Disponibilidade Final 390.170, Composição do Caixa e Equivalentes 3.969, Caixa 3.969, Bancos 22.823,	Total dos Recebimentos	2.582.671,48
Total das Deduções (77.033,38) Desembolsos (810.345,6) Pessoal (810.345,6) Serviços Prestados (631.714,6) Gerais e Administrativas (812.759,8) Tributários (15.554,6) Investimentos (19.145,2) Adiantamentos, Líquidos (24.500,6) Total dos Desembolsos (2.313.678,6) Resultado Financeiro 191.960, Disponibilidade Inicial 198.210, Disponibilidade Final 390.170, Composição do Caixa e Equivalentes 3.969, Caixa 3.969, Bancos 22.823,	Deduções	
Total das Deduções (77.033,38) Desembolsos Pessoal (810.345,6 Serviços Prestados (631.714,6 Gerais e Administrativas (812.759,8 Tributários (15.554,6 Investimentos (15.554,6 Investimentos (19.145,2 Adiantamentos, Líquidos (24.500,6 Cat.500,6 Total dos Desembolsos (2.313.678,6 Resultado Financeiro 191.960,0 191.960,0 198.210,0 390.170,0 Disponibilidade Final 390.170,0 Composição do Caixa e Equivalentes 3.969,0 22.823,0	Devolução de convênio	(77.033,38)
Desembolsos (810.345,6 Pessoal (631.714,6 Serviços Prestados (631.714,6 Gerais e Administrativas (812.759,8 Tributários (15.554,6 Investimentos (19.145,2 Adiantamentos, Líquidos (24.500,6 Total dos Desembolsos (2.313.678,6 Resultado Financeiro 191.960, Disponibilidade Inicial 198.210, Disponibilidade Final 390.170, Composição do Caixa e Equivalentes 3.969, Caixa 3.969, Bancos 22.823,	Total das Deduções	(77.033,387)
Serviços Prestados (631.714,6 Gerais e Administrativas (812.759,8 Tributários (15.554,6 Investimentos (19.145,2 Adiantamentos, Líquidos (24.500,6 Total dos Desembolsos (2.313.678,6 Resultado Financeiro 191.960, Disponibilidade Inicial 198.210, Disponibilidade Final 390.170, Composição do Caixa e Equivalentes 3.969, Bancos 22.823,	Desembolsos	
Serviços Prestados (631.714,6 Gerais e Administrativas (812.759,8 Tributários (15.554,6 Investimentos (19.145,2 Adiantamentos, Líquidos (24.500,6 Total dos Desembolsos (2.313.678,6 Resultado Financeiro 191.960,0 Disponibilidade Inicial 198.210,0 Disponibilidade Final 390.170,0 Composição do Caixa e Equivalentes 3.969,0 Caixa 3.969,0 Bancos 22.823,0	Pessoal	(810.345,07)
Gerais e Administrativas (812.759,8 Tributários (15.554,6 Investimentos (19.145,2 Adiantamentos, Líquidos (24.500,6 Total dos Desembolsos (2.313.678,6 Resultado Financeiro 191.960, Disponibilidade Inicial 198.210, Disponibilidade Final 390.170, Composição do Caixa e Equivalentes 3.969, Bancos 22.823,	Serviços Prestados	(631.714,08)
Tributários Investimentos Adiantamentos, Líquidos Total dos Desembolsos Resultado Financeiro Disponibilidade Inicial Disponibilidade Final Composição do Caixa e Equivalentes Caixa Bancos 15.554,6 (19.145,2 (24.500,6 (2.313.678,6 (2.31	Gerais e Administrativas	(812.759,84)
Investimentos Adiantamentos, Líquidos Total dos Desembolsos Resultado Financeiro Disponibilidade Inicial Disponibilidade Final Composição do Caixa e Equivalentes Caixa Bancos 19.145,2 (24.500,0 (2.313.678,0 (2.313.678,0 (2.313.678,0 (3.969,0	Tributários	(15.554,03)
Total dos Desembolsos Resultado Financeiro Disponibilidade Inicial Disponibilidade Final Composição do Caixa e Equivalentes Caixa Bancos 3.969, Bancos	Investimentos	(19.145,26)
Resultado Financeiro Disponibilidade Inicial Disponibilidade Final Composição do Caixa e Equivalentes Caixa Bancos 3.969, 22.823,	Adiantamentos, Líquidos	(24.500,00)
Disponibilidade Inicial Disponibilidade Final Composição do Caixa e Equivalentes Caixa Bancos 3.969, 22.823,	Total dos Desembolsos	(2.313.678,01)
Disponibilidade Final Composição do Caixa e Equivalentes Caixa Bancos 22.823,	Resultado Financeiro	191.960,09
Composição do Caixa e Equivalentes Caixa Bancos 22.823,	Disponibilidade Inicial	198.210,37
Caixa 3.969, Bancos 22.823,	Disponibilidade Final	390.170,46
Bancos 22.823,	Composição do Caixa e Equivalentes	
4.023	Caixa	3.969,29
Aplicações Financeiras 363.377,		22.823,30
	Aplicações Financeiras	363.377,87
390.170,		390.170,46

Demonstração do Valor Adicionado

Em 31 de dezembro

(Em Reais, incluindo os centavos)

I – GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.016
Receitas	
Contribuições e Doações	2.348.991,50
Convênios	285.675,00
	2.634.666,50
Insumos Adquiridos de Terceiros	
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e outros	(1.839.108,31)
Valor Adicionado Bruto	795.558,19
Retenções	,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,
Depreciação	(16.661,75)
Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade	778.896,44
Valor Adicionado Recebido em Transferência	770.070,44
Receitas Financeiras	19.422,75
Valor Adicionado Total a Distribuir	19.422,75
II – VALOR ADICIONADO À DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE	798.319,19
III – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
Pessoal	
Remuneração Direta	267.004.04
FGTS	367.294,31
1015	25.968,60
I	393.262,91
Impostos, Taxas e Contribuições	
Previdência Social	147.442,28
PIS The state of T	4.584,82
Outros Impostos e Taxas	34.577,08
Dominion and de Control I. T.	186.604,18
Remuneração de Capital de Terceiros	
Juros e Despesas Bancárias	10.522,89
Resultados Retidos	
Recursos Aplicados em Convênios	(103.498,19)
Superávit do Exercício	311.427,40
	207.929,21
IV – TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO/RETIDO	798.319,19
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras Período Findo em 31 de Dezembro de 2016 (Em Reais, incluindo os centavos)

1. Informações gerais

O Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Saúde (Cosems-BA), vinculado ao Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), é uma instância colegiada representativa dos gestores municipais de saúde do Estado da Bahia. Foi criado em 19 de setembro de 1991, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, durante o Encontro Estadual de Secretários Municipais de Saúde da Bahia.

O Ato Constitutivo da Entidade foi registrado no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas em Camaçari, no dia 25 de outubro de 1991, com alterações registradas no Cartório do 1º. Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Salvador, em 03 de maio de 2008.

O Cosems-BA possui sede e foro na cidade de Salvador-BA e seus principais objetivos são:

- Deliberar acerca de diretrizes gerais de atuação dos Secretários Municipais de Saúde;
- Representar os Secretários Municipais de Saúde da Bahia junto a instituições, conselhos, assembléias ou reuniões de caráter municipal, estadual ou nacional;
- Lutar pela implementação do SUS-BA, participando na qualidade de representante dos Secretários Municipais de Saúde da Bahia;
- Lutar pela autonomia dos municípios;
- Deliberar juntamente com a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia-SESAB, sobre a gestão do Sistema de Saúde no Estado; e
- Apoiar o Conselho Estadual de Saúde no desenvolvimento de suas atividades.

O Conselho é composto por Secretários ou Dirigentes do setor municipal de saúde do Estado da Bahia, nomeados através de Decreto Municipal e quites com as obrigações financeiras junto a este Conselho.

São instâncias Deliberativas e executivas do Cosems-BA:

- Assembléia Geral;
- Conselho Estadual de Representantes Regionais;
- Diretoria Executiva.

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão a seguir definidas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o CPC PMEs (R1) e também considerando os aspectos a serem observados por entidade sem finalidade de lucro, em conformidade com a ITG 2002, alterada pela ITG 2002 (R1) de 21 de agosto de 2015 – Entidades Sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC PME (R1) e a ITG 2002 — Entidades sem Finalidade de Lucros requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras Período Findo em 31 de Dezembro de 2016 (Em Reais, incluindo os centavos)

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Entidade são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico no qual a Entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Entidade.

2.3. Apuração do déficit/superávit

A apuração de déficit/superávit é efetuada pelo regime de competência e seu modelo segue as práticas contábeis para associações sem fins lucrativos (ITG 2002 [R1] — Entidades sem Finalidade de Lucros), emanados do Conselho Federal de Contabilidade — CFC, em seu manual de procedimentos contábeis para entidades do terceiro setor.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor).

2.5. Ativos financeiros

2.5.1. Classificação

A Entidade classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de recebíveis. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentadas como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

2.5.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar valores reconhecidos e há intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo.

2.6. Imobilizado

2.6.1. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação, com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado, não houve alienação de bens do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras Período Findo em 31 de Dezembro de 2016 (Em Reais, incluindo os centavos)

2.6.2. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido pelo valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

2.6.3. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, controlados individualmente.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de apuração, em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o mais próximo para refletir o padrão de consumo de benefícios econômico futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o período corrente estão demonstradas abaixo:

Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.8. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Entidade tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado.

As provisões são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável e considerando a avaliação da administração, em conjunto com a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

2.9. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

A Entidade está em pleno gozo da imunidade tributária garantida pela Constituição Federal de 1988 e, portanto, nenhuma provisão para tributos a pagar vem sendo constituída, excetuando-se aos casos em que as receitas fogem às atividades imunes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras Período Findo em 31 de Dezembro de 2016 (Em Reais, incluindo os centavos)

2.10. Recursos de convênio em execução

Os convênios são acordos celebrados com a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB, órgão público vinculado ao Governo do Estado da Bahia, para realização de objetivos comuns, mediante formação de parceria com a COSEMS. Estes convênios são registrados pelos recursos repassados pela administração dessas entidades e recebidos dentro do exercício.

À medida que os gastos nos respectivos projetos são incorridos, estes são reconhecidos como dedução dos recursos recebidos, de forma que o seu resultado é apresentado pelo líquido ainda não gasto, que se constitui obrigação da Entidade para com as patrocinadoras, na execução dos projetos.

2.11. Patrimônio social

O patrimônio social é composto pelo superávit/déficit apurado em cada exercício, acrescido das doações para investimentos.

2.12. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos contratos de patrocinadores que a entidade possui ou recebimento de doações.

A Entidade reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurada com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade; (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade.

2.13. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.

3. Riscos de liquidez

As atividades da Entidade a expõem a diversos riscos financeiros: Riscos de Crédito, de liquidez e de Mercado. A Entidade não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

3.1. Riscos de crédito

A Administração não define políticas de créditos, em virtude de não existirem operações que dependam dessas definições.

Por outro lado, com objetivo de minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura aplicar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa exposição máxima de crédito. Essa exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Exposição máxima do risco do crédito	Nota	Valores em R\$
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	390.170,46
Adiantamentos		15.167,94
		405.338,40

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras Período Findo em 31 de Dezembro de 2016 (Em Reais, incluindo os centavos)

3.2. Riscos de liquidez

Risco de liquidez representa a possibilidade do descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A Administração adota como política, a manutenção de níveis de liquidez adequados, para garantir que a Entidade possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades financeiras à medida que surgirem.

Em 2016 a Entidade auferiu um superávit que absolveu os déficits acumulados, graças à elevação de suas receitas, melhorando significativamente o seu capital circulante líquido.

3.3. Riscos de mercado

As políticas de gestão de riscos da Entidade incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras, que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram, permanentemente, os riscos a que a Entidade está sujeita.

A Entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades (SWOT), como base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da mesma.

3.4. Riscos de taxas de Juros

Este risco decorre da possibilidade da Entidade sofrer ganhos ou perdas em função de oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade busca minimizar o risco com a captação de recursos em termos de taxas pré e pós-fixadas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

44. 6.	R\$
Ativo Circulante	
Caixa Institucional (i)	3.969,29
Banco conta Institucional (ii)	22.823,30
Banco conta Convênio (iii)	
Aplicações Financeiras (iv)	363.377,87
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	390.170,46

- (i) O Caixa institucional foi constituído para pagamento de pequenas despesas corrente.
- (ii) O COSEMS-BA controla a movimentação dos recursos financeiros recebidos, decorrentes dos repasses da CONASEMS, doações, receitas financeiras e outras receitas operacionais, em contas correntes bancárias específicas para essas fontes de recursos.

Esses recursos são utilizados para o financiamento dos gastos operacionais, e movimentaram R\$ 2.325 mil no período findo em 31 de dezembro de 2016, conforme Nota 4I.

- (iii) Os recursos recebidos decorrentes do convênio com a SESAB são controlados em conta corrente distinta, utilizada especificamente para cobrir os gastos relacionados com seus projetos específicos.
 - O Convênio com o SESAB movimentou volume de R\$ 263,6 mil, no exercício.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras Período Findo em 31 de Dezembro de 2016 (Em Reais, incluindo os centavos)

As aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, de alta liquidez. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e os valores estão sujeitos às mudanças nas taxas de juros para os rendimentos prefixados e pósfixados, remunerados à taxa média entre 8 e 9% a.a. Os recursos estão aplicados em instituições de primeira linha como forma de redução dos riscos.

O COSEMS realiza a gestão e o controle das operações financeiras por fonte de recursos, através de planilhas eletrônicas, de forma integrada com a contabilidade. O controle contábil, bem como a elaboração da folha de pagamento, apuração de impostos e contribuições, bem como, a partir de 2018, o eSocial, são terceirizados a uma organização contábil, que realiza seu trabalho fora das dependências da Entidade.

Projeto Institucional

A seguir estão demonstrados os Fluxos de Recebimentos e Desembolsos, realizados no exercício, por fonte de recursos. Essa demonstração foi elaborada com base no fluxo de recebimentos e desembolsos, executados no período findo em 31 de dezembro de 2016:

Demonstração do Fluxo de Caixa Institucional, relativo ao período findo em 31.12.2016:

Demonstração da Movimentação das Disponibilidades, Líquidas em 31.12.2016 Em R\$ Fundo TOTAL Institucional SESAB RECEBIMENTOS 2,568,916,50 2.349.166,50 219.750,00 Doações e Contribuições 9,000,00 (9.000,00)Convênios 19.601,33 14,846,97 4.754.36 Rendimentos de Aplicações (65.925,00)65,925,00 Contra Partida (4.182,28)4.182,28 Empréstimos e Amortizações 221,19 221,19 **Outras Receitas** 2.588.739,02 2.303.127,38 285.611,64 **Total dos Recebimentos** (77.033,38)Deducões: (77.033,38)Devolução de Convênio (77.033,38)(77.033,38)DESEMBOLSOS (810.345,07)(725.027,59)(85.317,48)Pessoal (631.714,08)(539.986,08)(91.728,00)Serviços Prestados (812.419,57) (663.394,69)(149.024,88)Administrativas (6.067,54)(5.380,51)(687,03)Financeiras, líquidas (15.554,03)(14.308,51)(1.245,52)**Tributos** (19.145,26)(19.145,26)Investimentos (24.500,00)(24.500,00)Adiantamentos, Líquidos (2.319.745,55)(1.991.742,64)(328.002,91)**Total dos Desembolsos** 191,960,09 311.384,74 (119.424,65)Superávit financeiro 198.210,37 78.785,72 119,424,65 Disponibilidade inicial 390.170,46 390.170,46 Disponibilidade final Composto por: 3.969,29 3.969,29 Caixa 22.823,30 22.823,30 363,377,87 Bancos 363.377,87 Aplicações Financeiras 390.170,46 390.170,46 Disponibilidades

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras Período Findo em 31 de Dezembro de 2016 (Em Reais, incluindo os centavos)

As contas correntes são específicas para cada fonte, conforme abaixo demonstrado:

					Em R\$
Contas	Banco	Caixa	Banco	Aplicação	TOTAL
RECURSOS OPERAC	CIONAIS REC	EBIDOS			
Em mãos		3.969,29	-	_	3,969,29
Institucional Contrib.	B. Brasil			363.377,87	363.377,87
Institucionais Doações	B. Brasil	-	22.823,30	_	22.823,30
TOTAL		3.969,29	22.823,30	363.377,87	390.170,46
CONVÊNIOS					
Convênio SESAB	B. Brasil	-			
TOTAL		-	-		
TOTAL GERAL		3.969,29	22.823,30	363.377,87	390.170,46

O Fundo Institucional (conta corrente nº 4435-0) está composto pelos recursos provenientes da CONASEMS, auferidos e aplicados ao longo do tempo de operação da Entidade, acrescido dos recursos recebidos de aplicações financeiras.

As doações recebidas são depositadas em conta específica (conta corrente nº 48683-3).

5. Imobilizado

O ativo imobilizado do COSEMS-BA foi constituído ao longo de sua existência, com recursos recebidos do CONASEMS e OPAS, para investimentos.

Composição dos saldos em 31 de dezembro de 2016:

Em 1º de janeiro de 2014 a Entidade efetivou o controle patrimonial dos bens adquiridos até a data, reconhecendo os valores históricos dos bens inventariados em contas segregadas, para controle contábil. Em decorrência desses ajustes o ativo imobilizado está demonstrado conforme segue em 31 de dezembro de 2016:

***	Em Reais
Veículos	43.490,00
Móveis e Utensílios	14.947,88
Máquinas e Equipamentos	5.212,50
Computadores e Periféricos	10.527,26
	74.177,64
Depreciação Acumulada	(46.482,05)
Total do Imobilizado	27.695,59

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. A Entidade reconhece o desgaste natural de seus bens através do cálculo da depreciação pelo método linear, a taxas utilizadas pelo mercado, que no período findo em 31 de dezembro de 2016, totalizaram R\$ 16.661,51.

Em 27 de outubro de 2011, a entidade adquiriu um veículo chevrollet Agile Ltz 1.4 Flex, com recursos de Convênio, tendo pago R\$ 43.490,00 (quarenta e três mil, quatrocentos e noventa reais). O valor desse ativo teve como contra partida a conta de Reserva para Investimentos, no Patrimônio Líquido, tendo em vista que o veículo foi repassado para a Entidade, conforme previsto em cláusula contratual do Convênio.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras Período Findo em 31 de Dezembro de 2016 (Em Reais, incluindo os centavos)

A movimentação das contas do ativo imobilizado está a seguir demonstrada:

0.11 40.1 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4	Em Reais
Saldo em 1º de janeiro de 2016	25.211,20
Adições	19.146,14
Depreciação do Exercício	(16.661,75)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	27.695,59

6. Salários e obrigações sociais a recolher

Os valores relativos às obrigações sociais e trabalhistas, apresentados no passivo circulante, estão a seguir demonstrados e correspondem às obrigações decorrentes dos salários a pagar e encargos com INSS, FGTS e PIS sobre a folha de pagamento da Entidade, incorridos e não pagos em 31 de dezembro de 2016.

	R\$
Encargos Previdenciários – INSS	27.890,73
Fundo de Garantia Por Tempo de Serviços – FGTS	2.552,07
Programa de Integração Social – PIS	1.789,69
Total de Obrigações Sociais a Recolher	32.232,49

7. Impostos a recolher

Apresenta o saldo das obrigações tributárias contraídas e ainda não pagas pela entidade até 31 de dezembro de 2016, conforme abaixo demonstrado:

	R\$
Imposto de Renda Retido na Fonte Sobre Salários	3.680,32
Imposto de Renda Retido na Fonte Sobre Serviços	1.288,71
Total de Impostos a Recolher	4.969,03

8. Recursos de Convênio em Execução

Em 18 de junho de 2014, o COSEMS-BA firmou Convênio de Cooperação Técnico Financeira com o Estado da Bahia, através da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB – com objetivo de fortalecer o Sistema Único de Saúde e da Gestão Descentralizada de Saúde – SUS - na execução do Projeto "Contribuir para o Fortalecimento da Gestão da Saúde dos Municípios Baianos", no montante global de R\$ 966,9 mil, sendo R\$ 87,9 mil contrapartida da COSEMS-BA.

Esse convênio, que teve um prazo de 23 meses, a partir da data da sua publicação, foi encerrado em 2016. O COSEMS-BA solicitou a renovação do referido convênio em 23 de março de 2016, através do ofício nº 700/2016, entretanto, esse ofício ainda não foi respondido.

O saldo do convênio, no montante de R\$ 77.033,38 foi devolvido no dia 19 de dezembro de 2016, em conformidade com o parágrafo décimo da cláusula terceira do referido convênio (ver abaixo).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras Período Findo em 31 de Dezembro de 2016 (Em Reais, incluindo os centavos)

A movimentação desse convênio, no exercício de 2016, que culminou com o seu encerramento e devolução de recursos, está a seguir demonstrada:

	R\$
	SESAB
Saldo Inicial do Convênio em 1/01/2016	178.599,02
Recebimentos	
Recebimentos	219.750,00
COSEMS-BA - Contra Partida	65.925,00
Receitas Financeiras	4.754,72
Total de Recebimentos	290.429,72
Gastos Realizados	
Pessoal	(85.317,48)
Serviços Prestados	(91.728,00)
Administrativa	(216.195,40)
Financeiras	(687,03)
Total dos Gastos	(393.927,91)
Déficit Apurado no Período	(103.498,19)
Ajustes de exercícios anteriores (vide Nota 11)	1.932,55
Devolução de Recursos	(77.033,38)
Saldo Final do Convênio em 31/12/2016	-

9. Provisões

Em 31 de dezembro de 2016 foi constituída a provisão para cobrir o período aquisitivo de férias a pagar aos colaboradores da Entidade, incluindo os encargos com INSS, FGTS e PIS sobre essas provisões que montaram R\$ 59.433,47, distribuídos com abaixo demonstrado:

	R\$
Remuneração de férias	43.765,48
INSS sobre férias	11.729,14
FGTS sobre férias	3.501,20
PIS sobre férias	437,65
Total de Provisões	59.433,47

10. Contingências

Até 2016 a Entidade vem optando pelo não recolhimento do INSS — Instituto Nacional de Seguridade Social patronal e o IRRF — Imposto de Renda Retido na Fonte, incidentes sobre os serviços prestados por pessoas físicas. Além disso, a Entidade também optou pelo não recolhimento dos impostos incidentes sobre os serviços de locação de espaço nos congressos realizados em Vila Galé Marés Resort Hotel, Guarajuba — Camaçari-BA, no período de 29 a 31 de agosto de 2014. Abaixo estão demonstrados os efeitos dessas contingências em 31/12/2016:

	RS
INSS sobre serviços prestados por Pessoas Físicas	136.689,40
IRRF sobre serviços tomados	7.887,64
Impostos diretos sobre serviços prestados em 2014	3.572,00
Total de Contingências	148.149,04

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras Período Findo em 31 de Dezembro de 2016 (Em Reais, incluindo os centavos)

11. Patrimônio Social

A movimentação do Patrimônio Social no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está a seguir demonstrada:

	R\$
Patrimônio Social em 1º de janeiro de 2016	(126.016,85)
Ajustes de exercícios anteriores (vide Nota 08)	(1.932,55)
Superávit do Período	311.427,40
Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2016	183.478,00

12. Partes Relacionadas

A Entidade não possui saldo com partes relacionadas e seus dirigentes não são remunerados.

13. Contribuições e Doações

Nesta rubrica encontram-se registrados os recursos recebidos dos repasses mensais de Contribuições feitas pela CONASEMS em 2016, provenientes do Fundo Nacional de Saúde – FNS, bem como doações de terceiros.

Esses recursos foram recebidos pelo COSEMS-BA, mediante depósitos em contas correntes bancárias mantidas para esse fim no respectivo período (vide contas destino na Nota 04).

14. Pessoal

A composição do saldo dessa rubrica em 31 de dezembro de 2016 encontra-se demonstrada abaixo e compreende os gastos realizados com salários, encargos sociais e benefícios, aplicados para manutenção da estrutura de pessoal do COSEMS-BA.

Composição do saldo dos gastos com pessoal em 31 de dezembro de 2016:

Descrição dos Gastos	Em R\$
Salários	227,999,01
Férias	32.710,50
13º Salário	21.267,32
Total de Salários	281.976,83
INSS	147.442,28
FGTS	25.968,60
IRRF	32.891,48
Programa de Integração Social – PIS	4.584,82
Total de Encargos Sociais	210.887,18
Total das Despesas com Pessoal	492.864,01

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras Período Findo em 31 de Dezembro de 2016 (Em Reais, incluindo os centavos)

A estrutura de pessoal do COSEMS-BA está composta por colaboradores contratados no regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), combinado com serviços prestados por pessoas físicas, denominados apoiadores, que executam seus serviços nos diversos municípios do Estado.

A Entidade não vinha recolhendo os encargos de INSS e IRRF sobre esses serviços (Nota 10).

Segue a relação dos colabores registrados e apoiadores:

Nome	Admissão	Afastamento
Empregados Registrados CLT:		
Juliana Sampaio Lopes	01/02/2010	16/03/2011
Leonel de Souza Morgado Junior	01/03/2011	
Adilson Silva Santos	01/06/2011	_
Tiago Luiz Oliveira do Carmo	05/12/2011	31/03/2015
Flavia Priscilla Oliveira de Araujo	01/04/2012	30/05/2015
Jessica Santos Fabris	01/08/2014	31/01/2017
Maria Luiza Leitão Campelo	19/10/2015	-
Aurimar Ribeiro de Souza	01/11/2015	-
Thais Gaspar dos Reis Ferreira	01/07/2018	-
Serviços Prestados por Pessoa Física – APOIADORES		
Wilson Martisn Mendes	01/10/14	31/05/15
Patricia Karla Dourado do Nascimento	01/10/14	31/01/15
Clecio pereira Lima	01/10/14	30/04/15
Livia Roberta de Lima Mançur	01/10/14	30/12/16
Patricia Conceição Santos Frreira	01/10/14	30/04/15
Katia Nunes Barreto de Brito	01/02/15	
Rosangela Oliveira Santos de Almeida	01/02/15	_
Flavia Priscilla Oliveira de Araujo	01/05/15	-
Aldecy de Almeida Bezerra	01/07/15	30/04/15
Luciene da Silva Nascimento	01/07/15	_
Raquel Ferraz da Costa	01/10/15	<u>-</u>
Verônica Barreto Araujo de Moura	01/02/15	-
Manoel Henrique de Miranda Pereira	03/04/17	-
Jeane Araújo de Medeiros Joselma da Silva Alves	01/09/16	-
Janaina Vasconcelos Rocha	01/12/16	-
anama y asconceios Rocha	01/05/16	-

15. Serviços Prestados

Os gastos apresentados nesta rubrica correspondem aos pagamentos realizados a pessoas físicas e jurídicas, decorrentes de serviços prestados ao COSEMS-BA, conforme abaixo demonstrado (Esses gastos com Serviços Prestados incluem aqueles relacionados com os Apoiadores – Vide Nota 14):

Descrição dos Gastos	R\$
Assessoria Técnica	321.422,76
Consultoria	155.050,00
Assessoria de Comunicação	127.605,41
Assessoria Jurídica	30.753,55
Assistência Contábil	18.080,00
Serviços Prestados por Pessoa Física	18.485,16
Total das Despesas com Serviços Prestados	671.396,88

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras Período Findo em 31 de Dezembro de 2016 (Em Reais, incluindo os centavos)

16. Viagens e estadias

Nesta rubrica encontram-se registrados os gastos com viagens e estadias, pagas com recursos dos financiadores da estrutura, para cumprimento dos objetivos sociais, conforme abaixo relacionados:

Descrição dos Gastos	R\$
Passagens Aéreas	120,000,36
Alimentação	54.685,91
Combustível	66.606,76
Hospedagem	69.040,33
Transporte	19.094,00
Total das Despesas com Viagens e Estadias	329.427,36

17. Gerais e administrativas

Estes são gastos necessários para manutenção da estrutura operacional do COSEMS-BA:

Descrição dos Gastos	R\$
Congressos e Eventos	184.394,70
Diárias	81.443,01
Comunicação	41.242,75
Manutenção e Reparos	39.232,16
Manutenção de Veículos	36.953,58
Serviços Gráficos	28.811,31
Publicidade	25.292,00
Aluguéis e Arrendamentos	18.146,00
Seguros	14.790,78
Alimentação	14.794,33
Impostos, Taxas e Contribuições	
Combustível	12.929,36
Transporte	7.592,46
Brindes	5.558,88
	3.389,40
Materiais de Uso e Consumo	2.460,98
Manutenção de Informática	1.712,40
Outras Despesas	13.392,17
Total das Despesas Gerais e Administrativas	532.046,27

18. Financeiras

Referem-se, basicamente, aos gastos com atualização monetária do parcelamento do INSS (R\$ 757,89), tarifas bancárias (R\$ 3.725,21), IOF sobre aplicações (R\$ 1.860,33), IRRF sobre operações financeiras de (R\$ 3.474,45) e multas de mora (R\$ 17,98) deduzidos dos rendimentos de aplicações financeiras (R\$ 14.668,03).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Financeiras Período Findo em 31 de Dezembro de 2016 (Em Reais, incluindo os centavos)

19. Cobertura de seguros

Em 5 agosto de 2016 foi emitido certificado de seguro para o veículo Ágile Ltz 1.4 Flex, adquirido em 2011 (Nota 05), tendo em vista que o mesmo foi recuperado, com vigência entre 28 de julho de 2016 e 28de julho de 2017.

Em 28 de outubro de 2016 foi renovada a apólice de seguro do veículo Chevrolet S10 Pick-up Lt 2.8 TDI 4x4, de 2014, cabine dupla, adquirido por R\$ 126 mil, com vigência até 28 de outubro de 2017.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

20. Aspectos fiscais

Os registros e operações da Entidade estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante legislação específica aplicável.

21. Isenção de IRPJ

O COSEMS-BA, por sua finalidade e objetivos (CF, art. 150, inciso VI, alínea "c") e por atender ao disposto no Artigo 170° do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), editado pelo Decreto nº 3.000, de 26.03.99, não está sujeita ao Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica. A Entidade apresenta anualmente a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ Isenta.

XXX